

PHILIP GUNN – DEBATES E PROPOSIÇÕES EM ARQUITETURA, URBANISMO E TERRITÓRIO NA ERA INDUSTRIAL

Telma de Barros Correia (Org.)
Annablume, FAPESP, São Paulo, 2009

Celso Monteiro Lamparelli
Professor titular da FAU-USP

O livro *Philip Gunn – Debates e proposições em arquitetura, urbanismo e território na era industrial*, organizado por Telma de Barros Correia, professora do Curso de Arquitetura da EESC-USP, apresenta cinco textos dentre os inúmeros produzidos por Philip Gunn, professor titular da FAU-USP, que nos deixou prematuramente. As leituras da “Apresentação”, “Philip Gunn: uma trajetória intelectual”, e do “Prefácio”, “O século XX como objeto de história ou Phil e as três estrelas”, escritos respectivamente pela organizadora e pela professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Ana Fernandes, nos comoveu profundamente, e certamente isso acontecerá com os demais amigos que também sentem sua falta.

Os títulos do livro e dos seus capítulos são claros, precisos e representam, admiravelmente, os principais interesses de Philip Gunn como pesquisador, professor e viajante incansável. Os leitores encontrarão em cada um deles, os resultados das cuidadosas pesquisas em múltiplas fontes, documentos, entrevistas e observações diretas que passaram pelo crivo de suas posições teórico-metodológicas e interpretação crítica.

Os dois primeiros capítulos, “O paradigma da cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana” e “As querelas do urbanismo nos anos vinte e trinta”, retomam temas bastante explorados, mas são inovadores, e representam valiosas contribuições para a historiografia de dois períodos marcantes nos processos de urbanização induzidos pela industrialização.

O primeiro capítulo procura situar os movimentos de reforma urbana nas Ilhas Britânicas com destaque para a contribuição da Sociedade Fabiana e suas propostas nas dimensões política, fiscal e administrativa, além de incorporar uma análise dos modelos utópi-

cos das cidades-jardins de Ebenezer Howard. Mas, ao apresentar a “noção de uma via fabiana de reforma urbana”, o autor ressalta: “Este artigo, entretanto, não pretende passar a ideia de que o projeto de cidade-jardim de Howard se transformou numa utopia especificamente Fabiana, apesar de vários autores citarem Howard, Unwin e Parker como fabianos” (p.19).

O texto também salienta o papel do paradigma da reforma urbana defendido pelos adeptos da posição socialista da Sociedade Fabiana, com ênfase nas funções regulatórias do Estado. Disserta com mais detalhes como as novas exigências do novo mercado de trabalho no capitalismo fabril, mesmo não dispensando o “saber fazer” dos operários, altera as relações entre capital e trabalho na Inglaterra e na Europa. Dedicou algumas páginas às mudanças do modo de produção industrial, à nova relação capital-trabalho, à revisão do saber e das práticas urbanísticas e à história do movimento socialista britânico.

Como aprofundamento do seu olhar para a trama da história, na passagem do século XIX para o XX, abre o subtítulo “As raízes de economia política no paradigma da cidade-jardim”, em que realiza uma excelente revisão da literatura sobre a época, demonstrando sua erudição e suas preferências. O eixo da argumentação continua sendo a evolução da Sociedade Fabiana como movimento socialista atuando em múltiplas questões, inclusive na reforma urbana em pleno desenvolvimento. Nos subtítulos “Versões fabianas da renda de terra” e “A herança fabiana e Letchworth como ‘ponto de virada’”, Philip Gunn revisita as discussões e posições das diferentes correntes de pensamento, o que nos proporciona poder apreciar a indissociação entre história e arquitetura presente em Gunn – como o arquiteto se torna historiador.

Ao recuperar a gênese do planejamento urbano neste primeiro capítulo, o leitor pode sentir o peso da complexidade contida num simples modelo, cidade-jardim, que aprendemos a admirar e discutir desde os primeiros sonhos de estudante.

No segundo capítulo, “As querelas do urbanismo nos anos vinte e trinta”, a narrativa deixa para trás a Primeira Grande Guerra e, para demonstrar a posição de recuo em relação ao paradigma da cidade-jardim, inicia com um trecho da conferência de Philip Arctander no XXXI Congresso Mundial da IFHP (International Federation of Housing and Planning): “Planeja-

mento não é um plano, planejamento é um processo. O planejador não faz ‘os canais em que a vida flui’...”. Esta citação representa o fim do ciclo de racionalidade mecanicista, incitando o debate entre as duas principais posições, separadas pelo Canal da Mancha, sobre urbanismo e planejamento urbano no interregno das duas Grandes Guerras.

A pesquisa bibliográfica realizada permite ao autor uma penetrante interpretação das trajetórias históricas das duas posições:

- a do projeto da cidade-jardim que se difunde em diferentes modos de realização nas primeiras décadas do século XX e se incorpora a outras realizações dos profissionais de Town-Planning organizados no International Federation for Town and Country Planning and Garden Cities (IFTPGC). Esta análise pormenorizada pode ser apreciada nos sete primeiros subitens dedicados a este projeto em suas gêneses, complexidades, múltiplas formas de aplicação e desdobramentos nas práticas urbanísticas nos países sob influência britânica;
- a do Movimento da Arquitetura Moderna com suas propostas urbanísticas difundidas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) e aplicadas pelos seus associados, tema tratado nos últimos três subitens.

Para terminar o capítulo o autor reafirma sua crítica: “No CIAM o mecanicismo do século XIX chegou a um novo patamar. Sua ascendência no fim dos anos trinta abre e prepara o caminho para o reino dos sistemas nos planejamenteiros dos anos quarenta e cinquenta”.

O terceiro capítulo, “Frank Lloyd Wright e a passagem para o fordismo”, o autor explicita uma inusitada interpretação da vida e obra do grande arquiteto americano, cujos objetivos são assim resumidos: “A própria tentativa de uma leitura da obra de Wright através da Escola da Regulação representa uma ruptura com as interpretações existentes baseadas na teoria da urbanização. Esta ruptura constitui o objeto da primeira parte deste artigo, enquanto a aplicação dos conceitos da Escola da Regulação à obra de Wright é discutida ao final” (p.81-2).

Inicialmente apresenta a Escola da Regulação como objeto teórico e, posteriormente, sua aplicação nos dois principais períodos da história econômica dos Estados Unidos: o período anterior à grande crise dos anos trinta dominado pelo processo extensivo de acu-

mulação capitalista, e o período após os anos trinta, com a predominância da forma intensiva da acumulação capitalista. Na mesma dicotomia, são desenvolvidas as posições e atuações de Wright, inicialmente com os argumentos pró-agrícolas e as críticas às grandes cidades.

O capítulo introduz o princípio da fronteira e do materialismo geográfico como bases fortes da ideologia dominante na passagem do século XIX para o XX e seu enfraquecimento a partir dos anos trinta, preparando as mudanças de posição de Wright num segundo período, que o autor interpreta como: “O caminho para a acumulação intensiva iria encerrar outras tantas críticas socialmente conservadoras, contudo, o que deve ser ressaltado é a maneira como Frank Lloyd Wright também viria igualmente a ser porta-voz de outros aspectos do novo modo de acumulação” (p.93).

As mudanças de Wright são comprovadas no seu discurso, nos projetos e obras como a proposta utópica da Broadacre City, e das casas pré-fabricadas usonianas.

Em “Transições no planejamento modernista de fábricas em São Paulo, 1945-1955: a influência das ideias de projetos inglesas e americanas” concentra-se na história da arquitetura fabril, desenvolvida em regiões de maior crescimento da indústria paulista na fase de transição dos prédios tradicionais para os projetos modernos das grandes indústrias.

Nos esforços de guerra, as indústrias inglesas e americanas aceleraram suas produções e acumularam experiências, dando origem à expressão “enxuta e eficaz” para qualificar a excelência dos prédios industriais. O autor recupera grande parte dessas experiências, mostrando o amadurecimento das concepções fordistas para a aceleração da produção. Com inúmeras citações, referências bibliográficas e ilustrações, o capítulo propicia um enriquecimento da historiografia da arquitetura fabril. Mais uma vez Gunn mostra sua maneira abrangente de conduzir suas pesquisas e seu método de expor um problema: em 35 páginas são concatenados desde os fatos das práticas do projeto, os sistemas construtivos, a eliminação das atividades de recreação nos programas das fábricas, até as novas relações de salário e as particularidades do “fordismo” brasileiro em São Paulo.

O quinto capítulo, “A indústria automobilística nos anos recentes: as inflexibilidades da globalização”, desloca o objeto de estudo para fins de século XX. No subtítulo inicial, “Mudança nos termos de um debate”,

o texto prepara a análise desenvolvida no segundo subitem “A geopolítica de ‘globalização’ na década de 1980”. Um parágrafo (p.142) resume os objetivos deste capítulo: “Neste trabalho analisam-se três temas, necessários para uma compreensão dos problemas enfrentados na indústria automobilística brasileira e particularmente nos segmentos sediados no município de São Bernardo do Campo. Em primeiro lugar a globalização da produção; em segundo lugar as aplicações de modernização tecnológica com novos modos de organização do trabalho; e em terceiro lugar as inovações nas relações empresariais e nas relações empresa/governo”.

Estes três temas estão presentes de uma forma ou outra nos cinco textos escolhidos para o livro objeto desta resenha e, mesmo sendo tratados em épocas e países diferentes, explicitam as preocupações e as linhas de pesquisa do colega e amigo Phil, cujos resultados fazem parte do grande legado que nos deixou.

VIVER EM RISCO – SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E CIVIL

Lúcio Kowarick

São Paulo: Editora 34, 2009

Cibele Saliba Rizek

Profa. livre docente do Depto. de Arquitetura e Urbanismo da USP/São Carlos e pesquisadora do CNPq

Este livro se dedica a descrever e analisar a vulnerabilidade ou, mais precisamente, as vulnerabilidades que caracterizam as condições de vida da população pobre da maior cidade brasileira. Produzido a partir de uma longa trajetória de pesquisa e reflexão, é uma fonte preciosa de informações, mas também de questões que se repõem a cada capítulo, nos quais se ancoram conceitos e dimensões teóricas como matrizes que podem e devem ser interrogadas, merecer contrapontos, passar pelo crivo dos processos e das dinâmicas observadas e, assim, em confronto com o presente, passar por atualizações. São velhas e novas questões relativas à heterogeneidade da pobreza urbana, da população vulnerável, nomeada e observada de perto por meio das situações de moradia precária – cortiços na área central, periferias autoconstruídas e favelas.

Lúcio Kowarick, como se sabe, tem um lugar único por sua longa e fértil trajetória na pesquisa e na elucidação dos enigmas urbanos brasileiros. Não é demais lembrar, entre outros títulos, *São Paulo – 1975. Crescimento e pobreza* (Camargo, C. P. F.; Cardoso, F. H.; Kowarick, L. et al., São Paulo, Edições Loyola, 1976), *A espoliação urbana* (São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980) ou *Escritos urbanos* (São Paulo, Editora 34, 2000), em que algumas das questões presentes em *Viver em Risco* já estavam se desenhando. Mas se *Escritos urbanos* apontam temas e desdobramentos cujos pontos de inflexão constituem uma coletânea de ensaios sobre os temas então emergentes, na virada do milênio, *Viver em risco* traz um novo panorama. Parte dos achados do livro é resultante de incursões etnográficas que fornecem os elementos e informações analisados a partir de uma ancoragem histórica, assim como de uma visão sociológica construída, inclusive, com base em informações estatísticas secundárias. Este cruzamento de fontes de pesquisa permitem que as três situações urbanas – cortiços, favelas e periferias – ofereçam, com a ajuda das fotografias de Antonio Saggese, um quadro muito preciso do que significa *viver em risco* na São Paulo de nossos dias.

Se as etnografias são inéditas, parecem instigar também novas incursões no debate sobre as vulnerabilidades e a pobreza, novas proposições para duas articulações teórico-conceituais – a norte-americana e a francesa – como horizontes que propõem ângulos de visão e formas de inserção e de diálogo entre a produção acadêmica, a ordenação social e as proposições políticas. Os ecos e ressonâncias destes contrapontos também se fazem sentir na produção brasileira, quer graças a essas literaturas e à sua utilização em pesquisas e investigações empíricas, teses e dissertações, publicações, quer porque, imersas em nossas especificidades, as questões relativas ao vínculo entre produção acadêmica, ordenação social e proposições políticas tenham passado por redefinições e inflexões nesse último decênio, o que também redesenhou legitimidades, constituiu novos consensos ou novos modos de encapsulamento e isolamento da reflexão sobre as cidades, para além das práticas e dos modos mais ou menos imediatos de gestão urbana. Assim, o livro recoloca os dois grandes feixes de leitura da pobreza urbana e de suas vulnerabilidades, tal como se se redefiniram depois do esgotamento das sociedades salariais constituí-